



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CERNACHE
QUADRIÉNIO 2021-25
ATA NÚMERO UM

Aos cinco dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, na sala Multiusos, a Assembleia de Freguesia de Cernache para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Informações,

Ponto dois – Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades e do Orçamento para 2022;

Ponto três – Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2022;

Ponto quatro – Outros assuntos.

Presidiu à reunião o presidente da mesa em funções, Rui Apóstolo, coadjuvado por Isabel Correia, primeiro secretário em funções e Pedro Rosário em substituição do segundo secretário em funções, Vítor Tenente.

Estiveram ainda presentes, para além dos mencionados membros da mesa em funções, os seguintes membros:

- pela Coligação Democrática Unitária (CDU) – Arlindo Vieira; Nuno Rodrigues; José Carlos Campos e José Amado (em substituição de Fátima Ventura);
- pelo Partido Socialista (PS) – Marta Ferro;
- pelo Partido Social Democrata (PSD) – Patrícia Escaroupa (em substituição de Marco Rodrigues);

Os elementos ausentes apresentaram justificação ao presidente desta assembleia.

Também estiveram presentes o presidente do executivo da Junta de Freguesia, Vítor Carvalho, e o secretário, António Lopes.

Antes de dar entrada na ordem de trabalhos, o presidente da reunião solicitou a compreensão de todos pelo atraso dos trabalhos da reunião que justificou pela

necessidade de fazer respeitar as limitações das presenças nesta reunião devido à COVID 19.

De seguida, colocou à consideração da Assembleia de Freguesia (AF) o consentimento dos presentes na reunião para a gravação áudio da reunião, inclusive do público, apesar de aprovado este procedimento no regimento anterior, aquele pela qual se regeu esta assembleia uma vez que ainda não foi apresentada nova proposta para este novo órgão e foi passada uma folha na qual todos deram o referido consentimento.

Após auscultação dos elementos da AF sobre a disposição dos presentes nas reuniões, não se tendo chegado uma opinião unânime, será seguido o procedimento do mandato anterior, ou seja, o presidente deste órgão decidirá sobre a disposição que entender ser a melhor para o funcionamento deste órgão.

Tendo em vista a agilização de contactos, o presidente solicitou e recolheu dados dos elementos da AF (telefone, NIF, morada e endereço de correio eletrónico).

Posteriormente, o presidente da mesa da assembleia, apresentou aos presentes uma breve explicação dos motivos que levaram à realização desta reunião em janeiro quando o recomendado era ter sido realizada até dezembro de dois mil e vinte e um: respeitar as medidas anunciadas para a contenção da propagação de contágios por Covid 19 no período de festas e porque adiando-se cinco dias ganhava-se disponibilidade de tempo e presenças de pessoas que estavam em família e não tinham possibilidade de estar presente na reunião. Todavia, Pedro Rosário veio em substituição de Vítor Tenente que testou positivo à Covid 19 e Patrícia Escaroupa veio em substituição de Marco Rodrigues que está em isolamento profilático. E tendo em consideração as medidas atuais de contenção da propagação de contágios, deu a possibilidade de presença ao público que apresentou teste negativo ou declaração de recuperação.

A secretária, Isabel Correia, não se revendo na justificação apresentada pelo presidente (na primeira pessoa do plural), leu e entregou uma declaração que segue em anexo a esta ata, na qual expressa a sua preocupação por esta inconformidade, revela as diligências/contactos por si efetuados para os presidentes da Junta e Assembleia de Freguesia e salienta a necessidade de um endereço de correio eletrónico específico para a Mesa de Assembleia. Esta sugestão, de haver um canal de comunicação para a Mesa de Assembleia, mereceu a concordância do presidente da AF.

Ainda a este propósito, José Carlos Campos fez o reparo de que esta reunião se devia ter realizado entre os meses de novembro e dezembro e fez notar que a questão colocada previamente à reunião ao presidente da reunião, relativamente à falta de um

elemento na mesa da assembleia, foi para legalizar a reunião e salientou que gostaria que a realização de reuniões fora do prazo previsto na lei não se voltasse a repetir a bem da população da freguesia de Cernache.

Apesar da realização da reunião estar fora do prazo definido na lei, esta desconformidade foi considerada sanada uma vez que os membros presentes não suscitaram oposição à sua realização.

No ponto um da ordem de trabalhos, intitulado Informações, foi lida a Informação do Executivo da Junta à Assembleia de Freguesia de Cernache, entregue a todos os elementos deste órgão no início da reunião, sobre as atividades consideradas mais salientes pelo executivo, desde a tomada de posse.

Este documento mereceu algumas questões da parte de alguns elementos da AF, a saber:

- Marta Ferro – no ponto da educação, perguntou se as despesas apresentadas, foram de acordo com o guião educativo municipal. O Presidente da Junta de Freguesia (PJF) fez saber que foram de acordo com os protocolos específicos estabelecidos entre a JF e a Câmara, deu a conhecer os valores dessas despesas – 4490€ para pequenos arranjos e lenha e 4490€ para arranjos exteriores, podendo estes dados ser consultados por quem o desejar. Relativamente à questão sobre as obras das Águas de Coimbra, o Presidente da Junta fez saber que esta empresa respondeu positivamente, mas salientou que estas obras demoram sempre bastante tempo porque depois necessitam da autorização da Câmara que é a entidade que paga. Questionado sobre o plano de limpeza da freguesia, o PJF fez saber que começaram a limpar no Orelhudo e que por norma costumam começar numa ponta de Cernache e terminar noutra, mas que tem sempre muita dificuldade em arranjar pessoal/empresa para estas limpezas.

- Pedro Rosário começou por felicitar o Executivo da Junta pelo apoio dado ao Campeonato Regional de Judo, com a entrega de medalhas, dando deste modo a conhecer o potencial da freguesia a muitas pessoas. Relativamente à ação social, questionou a entrega de oitenta cabazes de Natal, designadamente se houve, ou não, um acréscimo de pessoas contempladas; como afere a JF o rendimento e necessidades das pessoas a quem fazem as entregas; onde é divulgada esta inscrição/candidatura aos cabazes; se há contribuições para os cabazes; e onde são adquiridos esses bens. O PJF respondeu que entregaram os cabazes às pessoas que se inscreveram e a algumas que a JF considera terem dificuldades/estão referenciadas (não há um regulamento, mas há um apanhado das pessoas a quem foram entregues os cabazes); os bens dos cabazes

resultam de dádivas (por exemplo, da recolha dos Vicentinos), do contributo da empresa “Probar” e a JF compra bens para os cabazes onde é mais barato; quanto à divulgação desta atividade o PJF referiu que foi feita no facebook da JF e Pedro Rosário negou esta afirmação.

- Rui Apóstolo questionou a divulgação do transporte de idosos ao Posto Médico. O PJF respondeu que é oferecido transporte a todos os reformados da freguesia a partir dos sessenta e cinco anos ou que tenham necessidades e que também há outras valências, como por exemplo, levar, se necessário, pessoas carenciadas ao hospital ou a tratamentos.

De seguida, o secretário do executivo da JF colocou à consideração dos elementos da AF a forma de pagamento das presenças nas reuniões, tendo sido acordado o pagamento numa única vez, no final de cada ano civil.

A terminar este ponto, Pedro Rosário questionou a distribuição dos pelouros na JF, tendo sido informado pelo presidente da JF de que a António Lopes está atribuído o Cemitério, o Desporto e o Pessoal; a Vera Martinho a Educação e a Victor Carvalho as Obras e a Cultura. O PJF salientou que os assuntos vão todos para o contacto geral e este distribuiu pelos pelouros.

No que concerne ao ponto dois da ordem de trabalhos, Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades e do Orçamento para 2022, o presidente da mesa solicitou ao PJF que desse a conhecer as intenções e opções no Plano para 2022. Este fez uma breve apresentação do orçamento, dando a conhecer a formação das receitas (transferências, contratos interadministrativos, a verba do Fundo de Financiamento da Freguesia, receitas próprias da JF e outros apoios) e das despesas, tendo salientado os valores das rubricas mais relevantes das receitas, uma vez que é com estes valores que pretendem realizar algumas das propostas do Plano. Quanto a obras, a JF propõe à Câmara a requalificação da valeta da Telhadela, o passeio da Venda do Cego e os Camarins e Palco do Pavilhão Multiusos. Esclareceu que o valor da receita da Cultura, no valor de dez mil euros contempla atividades das associações, cultura da JF, ExpoCernache, entre outras. O valor do orçamento é de 415.659,78€. Informou, ainda, que em abril, o saldo da Gerência (saldo do ano anterior) será incorporado neste orçamento.

Pedro Rosário, tendo em consideração que “a cada cessação de mandato é feita a contabilização pelo tesoureiro de todas as existências” (ponto 2.9 do POCAL), questionou o PJF sobre esse valor, mas este informou não estar na posse desse dado por

ainda haver contas a pagar, mas que seria incorporado, como antes referira, no orçamento a apresentar em abril.

Este Plano de Atividade e do Orçamento para 2022 mereceu, de seguida, algum questionamento por parte de alguns elementos da assembleia, a saber:

- Pedro Rosário – perguntou quem tinha sido ouvido, no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição e foi informado pelo PJF que, de acordo com a lei, tinham sido ouvidos os representantes dos partidos: pelo SC – Manuel Dias, pelo PS – Elisabete Órfão; pelo PSD – Paulo Lopes e Marco Rodrigues e a CDU não quis ser ouvida. Solicitou ainda informação relativamente à representação de dois elementos da mesa da assembleia, Isabel Correia e Patrícia Escaroupa, tendo sido informado que estas representavam SC e PSD, respectivamente. A propósito do Estatuto do Direito de Oposição, Isabel Correia questionou a divulgação do relatório de avaliação. O PJF respondeu que podia ser elaborada uma ata da reunião dando conta que tinha sido dado a conhecer o orçamento e o plano.

- Patrícia Escaroupa – apontou erros e corrigiu os valores apresentados na página seis, na coluna “Variação (%)”, nos quadros 1 e 2, relativos a Orçamentos da Receita e da Despesa.

- Pedro Rosário – nas receitas, solicitou informação sobre os rendimentos de propriedade, tendo sido informado que dizem respeito ao Centro de Saúde, à Antena e ao Bar das Lapas. Por uma questão de transparência, sugeriu que em próximos orçamentos estes valores sejam elencados em sub-rubricas. Patrícia Escaroupa corroborou esta sugestão e sugeriu que se adotasse uma descrição semelhante à que é feita para o cemitério. O PJF informou que do ponto de vista técnico não sabia se esta sugestão podia ser efectuada, uma vez que as rubricas obedecem à lei e só a contabilista saberá responder a esta sugestão. Já na opinião de José Amado, a subdivisão existente neste orçamento em edifícios e terrenos é suficientemente elucidativa da proveniência das verbas. A finalizar esta questão, o PJF lembrou que os valores sobre imóveis serão suportados pelo inventário da JF a apresentar em abril.

- Patrícia Escaroupa – relativamente à Venda de Bens e Serviços Correntes, na página catorze, questionou a diferença entre o aluguer de Espaços e Equipamentos no valor de 200€ e as rendas. O PJF não soube explicar por se tratar, segundo este, de uma questão técnica, que apenas a contabilista poderia explicar, mas após um breve debate da assembleia sobre este assunto, apontou como possibilidade a previsão de aluguer(es) de sala(s).

RF
h

- Marta Ferro – salientou na página oito, no ponto 4.1.2. Taxas, a omissão do valor de 2.500€ relativos a Mercados e Feiras e ExpoCernache que consta na página treze. Isabel Correia reforçou a observação de Marta Ferro sobre a questão formal do documento, todavia, o PJF, considerou tratar-se de uma questão técnica. Nesta linha de pensamento, Patrícia Escaroupa sugeriu que as receitas do cemitério Taxas e Venda de Bens e Serviços constassem no mesmo ponto, mas o PJF explicou que tal não é possível por tratar-se de rubricas diferentes.

- Isabel Correia – na ordem de ideias de Marta Ferro, salientou, também, a omissão da descrição do Rendimento de Propriedade no valor de 10.190,40€, na página oito. De seguida, procurou esclarecimento para o que é designado neste orçamento por “Complexo da Feteira” e “Centro de Atividades da Feteira” e tendo sido esclarecida de que se trata do mesmo edifício, sugeriu que a designação fosse apenas uma. Relativamente às ações no âmbito da cultura, desporto e educação, questionou o presidente do executivo da JF sobre o tipo de apoio às coletividades, aos grupos culturais, às associações de pais, a iniciativas desportivas, a famílias carenciadas e reivindicou pelos regulamentos para esses diversos apoios pois não encontrou nenhum na página da JF e estes devem ser públicos; questionou a promoção de aulas de ginástica e outras variantes, bem como o desenvolvimento e melhoria do trabalho da Comissão Social; no âmbito da cultura salientou a falta de intervenção no monumento Álvaro Anes; no âmbito da educação apontou um número reduzido de ações e questionou o que e como pensa a JF comemorar o Dia Mundial da Árvore e o Dia Mundial da Criança e tendo em consideração a existência da Escola de Música da JF, apresentou a sugestão de propor ao professor Rui Pinto a dinamização de sessões nas escolas - “O artista/músico vai à escola”. Relativamente a obras de manutenção, sugeriu a construção de abrigos para passageiros e no âmbito da saúde sugeriu o apoio a famílias carenciadas que precisem de cuidados primários.

- Pedro Rosário – sobre investimentos relevantes na freguesia, recordou as opções do executivo em passeios, valetas, camarins, palco e arrelvamento; questionou se as propostas do executivo - Mercadinho de Natal e de Festa de Natal são para fazer em parceria com as associações que tiveram estas iniciativas, ADRPousada e Orelhudo, respetivamente, tendo sido informado de que não serão feitas em colaboração com estas associações. Louvou, de seguida, as propostas de eventos da Escola de Música – Concerto de Abertura e Festival do Cavaquinho. No âmbito da Educação questionou se a escola da Feteira tem lareira (foi informado de que tem um recuperador) e quais as

atividades previstas nas comemorações do Dia Mundial da Árvore e do Dia da Criança. Relativamente ao desporto e ao apoio às iniciativas desportivas das coletividades, destacou a falta de apoio da JF nas camisolas dos atletas da UDRC e questionou a gestão do património desportivo da freguesia semiabandonado ou sem equipamento, nomeadamente, os campos de futebol na Pousada e no Loureiro. Questionou o executivo sobre as atividades que pensam realizar com a população sénior no Centro de Atividades da Feteira e na Escola de Vila Pouca. Sobre ajardinamento e espaços verdes, perguntou se os ajardinamentos previstos para os Choupas e o espaço junto à Associação da Telhadela seriam em relva ou relva sintética e, no caso de não ser relva sintética, quem iria fazer essa manutenção. Neste enquadramento, sugeriu um apoio para a manutenção do piso na associação da Pousada.

Antes de responder a Pedro Rosário, o PJF criticou a forma como estava a decorrer a assembleia de freguesia e classificou-a de monólogo entre a mesa e o PJF.

O presidente da mesa da assembleia solicitou ao PJF que não tecesse considerações ao decurso dos trabalhos da mesa de assembleia e passasse a responder às questões colocadas.

O PJF passou a enunciar as atividades inscritas no Plano e que no entender da JF promovem a freguesia, salientou que algumas delas já constam da agenda de atividades da JF e só foram interrompidas por causa da pandemia, e este ano serão retomadas desde que haja condições para tal. Relativamente à Festa de Natal e ao Mercadinho de Natal frisou que são actividades da JF e que as iniciativas das associações são independentes das da JF, mas que se alguma associação quiser ser parceira, esse assunto pode ser discutido. Explicou que a candidatura ao Guinness do Cavaquinho está fora de questão porque, atualmente, implica custos avultados, pelo que apenas se fará um festival nacional. Quanto à comemoração do Dia Mundial da Árvore está previsto plantar árvores com as crianças e no Dia Mundial da Criança ainda não está definida a atividade. No que concerne a apoio às coletividades, a JF irá continuar a apoiar financeiramente, dentro das suas possibilidades. A promoção de aulas de ginástica irá ter início assim que o pavilhão da JF estiver disponível.

Pedro Rosário, a propósito dos apoios a associações e a bem da transparência da JF, perguntou pelos regulamentos das associações. O PJF disse que os apoios dependem de uma verba da JF só que essa é escassa, pelo que não vai criar regulamentos para dar apoios diferentes pois isso só iria criar complicações; só as associações que não desenvolvam qualquer atividade é que não receberão qualquer apoio.

Relativamente às questões de transparência o PJF afirmou que os valores atribuídos às associações são registados em ata e contrapôs que não tem que apresentar regulamento. Esta afirmação foi contrariada por Pedro Rosário e Isabel Correia e lembraram o PJF de que tem que ter regulamento dos apoios às associações e de que o mesmo que tem ser público.

Relativamente ao apoio a famílias carenciadas, o PJF informou que estas situações têm sido encaminhadas para a Comissão Social, mas esta comissão não tem funcionado bem.

Quanto às atividades seniores na Escola de Vila Pouca estas não têm sido realizadas devido à situação pandémica pelo Covid 19.

Espaços verdes são os que estão definidos pela Câmara e a JF tem 15 mil euros destinados a esta rubrica.

Relativamente a apoios às coletividades, o PJF declarou não poder fazer obras nas mesmas uma vez que estas pertencem a um conjunto de sócios e sugeriu a Pedro Rosário que pedisse ajuda à Câmara Municipal de Coimbra para a recuperação da rede no campo da Pousada.

A este propósito, Isabel Correia sugeriu ao PJF que solicitasse uma reunião ou fizesse uma exposição ao executivo da Câmara de Coimbra sobre as necessidades urgentes das diversas associações da freguesia e que solicitasse informação sobre programas que a Câmara pensa disponibilizar e às quais as associações da freguesia se podem candidatar e a JF ajudar no preenchimento dessas candidaturas.

A terminar este ponto da ordem de trabalhos, Pedro Rosário questionou o PJF sobre o investimento de 25.000€ no pavilhão multiusos e salientou a falta da despesa do pagamento do aluguer do estacionamento das carrinhas da JF na Oficina Vaz Reis no Orçamento. O PJF informou que os 25.000€ se destinam à execução dos camarins e que a JF não paga aluguer de estacionamento à citada oficina pois esta ofereceu este serviço enquanto decorrerem as obras junto ao pavilhão Multiusos.

Decorrente desta informação, Pedro Rosário propôs um voto de louvor e agradecimento à citada oficina por facultar um espaço para estacionamento das viaturas da JF.

O PJF revelou que a JF pretende comprar um pavilhão móvel, a instalar junto ao palco, onde tencionam colocar as carrinhas e essa aquisição será proposta numa próxima reunião de assembleia de freguesia e será realizada com o valor do saldo transitório que irá incorporar o saldo em abril.

R
P
m

O PAF lamentou que alguns aspectos não sejam totalmente esclarecidos e não havendo outras questões ou observações ao documento em apreço, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por maioria com cinco votos a favor e quatro abstenções. Pedro Rosário pediu para ser esclarecido se um dos votos a favor era do PSD ou do JSC e foi informado que era do PSD.

Isabel Correia justificou a sua abstenção pela opacidade do documento e pela falta de regulamentos e Rui Apóstolo justificou a sua abstenção pelos mesmos motivos.

Passou-se de seguida ao ponto três, Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2022. Isabel Correia questionou o contrato de trabalho com a senhora Maria Isabel Oliveira, por tempo indeterminado para assegurar a limpeza e higiene do edifício sede. O PJF informou que este contrato de trabalho já tem vários anos, que já existia quando tomou posse como PJF, que tem sido renovado e corresponde a uma a duas horas por dia. Patrícia Escaroupa questionou a razão por que este contrato não tem a mesma designação dos restantes, ou seja, contrato de trabalho em funções públicas e foi informada que é por não ser um horário completo. Pedro Rosário apontou que as atribuições, competências e funções noutros mapas de pessoal que consultou são mais extensos/pormenorizados.

A este propósito, José Carlos Campos esclareceu que sendo trabalhadores da função pública estas atribuições, competências e funções são a transcrição do que está na lei.

Colocado a votação, este mapa foi aprovado por maioria com sete votos a favor e duas abstenções.

No ponto quatro, Outros assuntos, foi colocada a apreciação e aprovação o Regulamento da Tabela Geral de Taxas e Licenças, tendo o PJF salientado que as taxas não são objeto de alteração há mais de sete ou oito anos. Isabel Correia colocou várias observações ao documento, das quais se salienta a desatualização da legislação no ponto introdutório e que dá suporte a este documento, as incorreções nas referências aos vários anexos, os artigos incompletos ou omissos, a falta de paginação e a incorreção do texto de aprovação/assinatura pela JF e AF e o facto de tratar-se de fotocópias de outros documentos, o que não se coaduna com os tempos atuais pois facilmente é transcrito.

Pedro Rosário corroborou a observação de o documento estar desconforme e tratar-se de uma cópia de cópia de vários anos. Questionou a falta de licenças de ruído, mas foi informado que estas não são competência de JF e que este documento apenas diz respeito a taxas de secretaria.

O PJJ esclareceu ainda que as taxas de carroceiros, de mercado, de venda ambulante, de foguetes não são competência da JF mas da Câmara.

Marta Ferro apontou a inscrição de receitas de Taxas de Mercados e feiras e EXPOCernache no orçamento e Pedro Rosário também questionou a falta das taxas da EXPOCernache. O PJJ esclareceu que essa taxa não é de secretaria por tratar-se de uma atividade que pode ou não realizar-se e que nem sempre as taxas são cobradas às associações/fregueses.

Foi entendimento geral que o Regulamento da Tabela Geral de Taxas e Licenças deverá ser corrigido e melhorado para ser apreciado e aprovado na próxima reunião de AF.

Quanto à proposta de louvor e agradecimento sugerida por Pedro Rosário à Oficina Vaz Reis, esta foi aprovada por maioria com oito votos a favor e uma abstenção. Isabel Correia justificou que se absteve por desconhecer os procedimentos seguidos pela JF na aquisição de serviços nesta oficina.

Por fim, de acordo com o ponto seis, do artigo 49.º, foi aberto espaço às intervenções do público tendo sido dada a palavra a Marisa Beja que após saudar os presentes, enquanto público, manifestou a sua indignação pela manutenção da “neblina” sobre o escrutínio de algumas rubricas pelo executivo da JF e enquanto dirigente associativa e ligada à cultura na freguesia, manifestou a sua preocupação por ser Victor Carvalho com o pelouro da cultura, atendendo a que nesta reunião, quando confrontado com uma rubrica da cultura, referiu o termo “cangalhada” para mencionar as atividades realizadas por outros grupos para além das associações e da JF, o que no seu entender manifesta o desrespeito deste presidente, responsável pelo pelouro da cultura, por certas manifestações culturais.

A terminar, Pedro Rosário agradeceu a receptividade dos membros da AF na função de segundo secretário em substituição de Vítor Tenente, salientou que as suas intervenções foram no sentido de ajudar, mas alertou os presentes de que não vai colaborar com a opacidade e a injustiça e que enquanto essas situações se verificarem irá intervir quer como assistente quer como membro da assembleia para solicitar os esclarecimentos necessários para a freguesia avançar. Terminou desejando a todos um bom ano, com votos de muita saúde e uma recuperação rápida aos elementos que não puderam estar presente por estarem em recuperação e ambicionando que este ano a JF possa executar todos os projetos que se propõe realizar.

Antes de dar por encerrada esta reunião o PAF incentivou os presentes a exercer o seu direito de voto e a escolher o novo governo deste país e salientou a importância dos esclarecimentos nas sessões de assembleia de freguesia.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual foi elaborada a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo presidente e secretários da Mesa de Assembleia de Freguesia.

1.º Secretário

Isabel Correia
(Isabel Maria Eufrásio Correia)

2.º Secretário

Rosário
(Pedro Rosário)

O Presidente

Rui António Seguro Apóstolo
(Rui António Seguro Apóstolo)

DECLARAÇÃO

Isabel Maria Eufrásio Correia, 1.º secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia de Cernache, manifesta a este órgão e em particular ao Presidente da Mesa da Assembleia, a sua preocupação pela realização desta reunião fora dos termos da lei (deveria ter sido realizada até final de dezembro de 2021).

Aguardou até dia 23 de dezembro pela convocatória do Presidente da Mesa da Assembleia e, após essa data, percebendo que os oito dias previstos na Lei n.º 75/2013 para convocar as reuniões podiam não ser cumpridos, enviou uma mensagem ao Presidente da Junta da Freguesia e ao Presidente da Mesa da Assembleia de Cernache, via endereço geral de correio eletrónico da Junta de Freguesia, o único meio oficial que tinha para estabelecer contacto com o Presidente da Mesa da Assembleia, dando conta da sua preocupação.

Após receber a convocatória para esta reunião, voltou a enviar nova mensagem ao Presidente da Junta e ao Presidente da Mesa da Assembleia, dando conta da falta de um ponto na ordem de trabalhos para esta reunião, para aprovação do regimento da Assembleia de Freguesia.

A quinze de outubro, na primeira reunião de Assembleia de Freguesia, voluntariou-se para primeiro secretário da Mesa de Assembleia por entender que a lista proposta pelo Presidente da Junta, sendo composta por elementos do seu partido - CDU, por um lado, poderia não ser totalmente isenta no acompanhamento e fiscalização da atividade da Junta de Freguesia e, por outro, considerar que todas as forças políticas poderiam estar representadas nestes órgãos de acordo com a votação expressa nas eleições autárquicas e, deste modo, haver uma democracia mais autêntica.

Considera pois, que urge definir, urgentemente, no Regimento deste órgão, canais de comunicação oficial entre os membros da Assembleia de Freguesia, e em particular, entre os membros da mesa da Assembleia de Freguesia para que falhas como estas atrás enunciadas não voltem a acontecer.

Reunião de Assembleia de Freguesia

05/01/2022

Isabel Maria Eufrásio Correia

